

## ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DA CAPITAL PAULISTA.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro de 2013, às 9h00min, por convocação do Presidente do Comitê Gestor, em caráter extraordinário, na forma do disposto na cláusula III do Convênio celebrado em 23/06/2010 entre o Estado de São Paulo e Município de São Paulo, na sala de reuniões da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Rua Bela Cintra nº 847 – 14º andar - São Paulo/SP, reuniram-se os membros deste Colegiado, senhores Mario Sergio de Almeida, Marcos Rodrigues Penido, Antonio Donato Madormo, Leda Maria Paulani e José Floriano de Azevedo Marques Neto, abaixo assinados. Inicialmente, o Dr. Mario Sergio de Almeida, presidindo a reunião, cumprimentou a todos e justificou a ausência dos Srs. Edson de Oliveira Giriboni e Cibele Franzese. Na sequência registrou a presença dos Srs. Francisco Macena da Silva, da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras; Roberto N. Garibe Filho e Ricardo Carlos Gaspar, da Secretaria do Governo Municipal; Antonio R. Martins, da Secretaria Municipal de Habitação; Antonia R. Guglielmi, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Paulo Massato Yoshimoto, Jairo Tardelli Filho, Marcel Costa Sanches, Edison Airoidi, Tales J. B. Bronzato e Regina Piccolo Cardia, da SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Melissa Giacometti de Godoy e José Roberto Generoso, da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional; Silvia Calou, Fernanda Meirelles e Hugo Sergio de Oliveira, da ARSESP; Raquel Verdenacci e Eliane Perola Maizel, do Comitê Paulista da Copa 2014; Hadmilton Gatti, Marina Boldo Lisboa e Amauri Pollacchi, da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos. Dando início aos trabalhos, o Dr. Mario Sérgio de Almeida colocou em deliberação o **item 1** da pauta: “**Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 04/02/2013**”, que resultou **aprovada por unanimidade**. A seguir, passou a palavra ao Dr. Hugo Sérgio de Oliveira, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da ARSESP, para explicar ao Colegiado sobre o **item 2** da pauta: “**Processo de Revisão Tarifária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**”, mencionando o expositor sobre as etapas percorridas pela Agência até o momento, de acordo com suas normas e procedimentos metodológicos e, num processo que dura quase dois anos, para a realização da 1ª revisão tarifária dos serviços prestados pela SABESP, destacando: (i) definição do custo médio ponderado do capital (waac) a ser utilizada como base de cálculo da remuneração do investimento; (ii) audiências e consultas públicas para a obtenção de contribuições à proposta de metodologia detalhada a ser utilizada no processo de revisão



tarifária; e (iii) levantamento da base de ativos para a apuração clara dos custos reais da prestação dos serviços. E especificamente em relação a cobrança e explicitação na fatura da prestadora de serviços aos usuários dos serviços de saneamento da capital paulista, dos encargos de 7,5% da receita da SABESP destinados ao Fundo Municipal de Saneamento, esclareceu o Diretor da ARSESP que a Procuradoria Geral do Estado foi instada a se manifestar e emitiu parecer com o entendimento de tratar-se realmente de encargo, tomando como base os dispositivos contratuais do instrumento celebrado com o município de São Paulo, que estabelecem que na revisão tarifária a ARSESP deve assegurar receita para que a SABESP possa arcar com esse encargo, de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a modicidade tarifária. Neste sentido, mencionou o expositor que, assim como a taxa de regulação devida à ARSESP e o COFINS/PASEP, o valor correspondente ao encargo de 7,5% de repasse ao Fundo será destacado na fatura dos consumidores paulistanos, acrescentando que na visão da Agência, qualquer modificação nessas premissas, somente seria possível mediante revisão contratual. A propósito, pediu a palavra o Conselheiro Antonio Donato para registrar que, no entendimento da Prefeitura de São Paulo, a Lei Municipal de jun/2009 que, entre outras medidas, criou o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), lei esta que tramitou na Câmara de Vereadores na época em que o mesmo exercia mandato de Vereador no Legislativo Municipal, o espírito da referida norma legal era conceder uma outorga do Município à SABESP e não a permitir a criação de um encargo, entendendo não ser razoável tal repasse aos usuários dos serviços de saneamento da capital. Por esta razão, solicitou a Prefeitura que a decisão sobre o assunto fosse postergada para que os novos representantes municipais se inteirassem do assunto. Complementou o Secretário Francisco Macena que, embora a Prefeitura compreenda a atuação da ARSESP nessa questão, há um entendimento legal a ser esclarecido, sem o qual um passivo pode ser gerado. Neste contexto, esclareceu o Diretor da ARSESP, Hugo de Oliveira, que a Agência publicou Deliberação suspendendo até 22/03/2013 a divulgação da sua decisão sobre a matéria, e reiterou que postergar ainda mais essa definição, que já se prolonga há mais de dois anos, é prejudicial à empresa que tem ações em bolsa (no Novo Mercado da BOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE), além de afetar os contratos com outros municípios operados pela SABESP, que também serão abrangidos por essa revisão tarifária. A Prefeitura informa que já iniciou as tratativas com o Governo do Estado para alteração contratual junto ao Secretário Edson Aparecido (Casa Civil) e José Aníbal (Energia),



solicitando à ARSESP que nenhuma medida seja adotada até que haja entendimento entre as partes. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente em exercício agradeceu a presença dos Diretores da ARSESP, que se retiraram da reunião e, ato contínuo passou ao **item 3** da pauta: **“Informe sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Integrada constituída para coordenar as ações envolvendo o Córrego Verde, em torno do Estádio da Copa”**, concedendo a palavra ao Dr. Marcos Penido, que convidou para participar da reunião a Dra. Raquel Verdenacci, Coordenadora do Comitê Paulista da Copa 2014, para exporem sobre as ações necessárias por parte do Estado e do Município, na busca de soluções habitacionais que viabilizem a liberação de áreas ocupadas irregularmente, com vistas ao andamento das obras de saneamento na Bacia do Córrego Verde, assim como à implantação do Parque Várzeas do Tietê. Inicialmente mencionou o Dr. Marcos Penido que está sendo celebrado convênio entre o Estado/Secretaria da Habitação e o Município/SEHAB, para a construção em 2 terrenos da Prefeitura, de cerca de 800 unidades habitacionais. E reiterou o que havia apresentado em reuniões anteriores, acerca do levantamento das demandas habitacionais identificadas pela Comissão Integrada que coordena as ações envolvendo o Córrego Verde, que apontaram a necessidade de urbanização de favelas para o atendimento a 1.905 famílias e a construção de 2.035 novas unidades para reassentamentos habitacionais, registrando a importância em se encontrar soluções conjuntas, de modo a subsidiar as equipes sociais que irão atuar junto às famílias a serem reassentadas. Na sequência, foi conferida a palavra à Dra. Raquel Verdenacci, que passou a explanar sobre o perímetro do estádio e os trajetos da imprensa e dos credenciados da FIFA, e sobre a importância de serem compatibilizadas as demandas do evento da Copa 2014 com as demandas setoriais, de modo a serem construídas respostas às políticas públicas e obtida unidade de ações pelos diversos agentes envolvidos. Neste contexto, veio solicitar aos representantes municipais do Comitê Gestor, a aproximação de ambas as Coordenações da Copa, propondo a realização de uma reunião com a Coordenadora do SPCOPA - Comitê Especial para a Copa do Mundo, a vice prefeita Nadia Campeão, contando também com a participação da SIURB e da SVMA, com vistas ao levantamento de todas as intervenções necessárias ao atendimento das expectativas da FIFA, imprensa e outras entidades envolvidas no evento. Passada então a palavra ao Superintendente de Planejamento Integrado da SABESP, Edison Airoldi, que distribuiu ao Colegiado uma Nota Técnica com informações atualizadas sobre a situação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta/tratamento

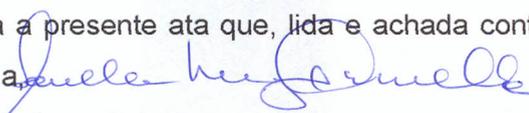


dos esgotos na região, os benefícios esperados em saneamento até 2014, e apresentou as ações que vêm sendo desenvolvidas pela SABESP em relação ao chamado “Grupo dos 60%”, para o atingimento da meta de tratamento de 60% dos esgotos coletados. Neste contexto, reiterou a importância da obtenção imediata de licenças/ autorizações de DEPAVE, CONVIAS e IPHAN, registrando o risco da não obtenção vir a comprometer as obras já iniciadas e prejudicar o alcance dos índices propostos nos prazos necessários. Reapresentou ao Comitê um relatório atualizado de pendências junto a esses órgãos, detalhando o status dos processos, os tipos de autorizações necessárias, as datas de entrada dos pedidos e as expectativas de emissão das liberações viárias e das licenças ambientais. Quanto ao incremento das metas de tratamento dos esgotos, que envolve ações do chamado “Grupo dos 38%”, e que estão afetas às soluções habitacionais necessárias à viabilização das obras de saneamento, registrou: (i) que set/12 é a data limite para definição pela SEHAB e CDHU, das áreas passíveis de liberação para implantação de coletores tronco secundários (CTs), possibilitando a elaboração do projeto executivo de set/12 a mar/13; e (ii) até mar/13 é necessária a liberação das áreas definidas pela SEHAB e CDHU para execução das obras dos CTs secundários. E no tocante às ações operacionais, esclareceu que a SABESP iniciou em set/12, os serviços de varredura no sistema de 130 km de redes coletoras, com dispêndios da ordem de R\$ 556,9 mil, encontrando-se atualmente com 72 km executados (aprox.56%) e com previsão de conclusão em jun/13. Ao final da explanação, os membros do Comitê Gestor, acatando a proposta do representante da SABESP, solicitaram à Dra. Antonia R. Guglielmi da SIURB, o agendamento e a coordenação de uma reunião, com representantes da SEHAB, SIURB, SVMA, CDHU/SH e SABESP, para a elaboração de Cronograma de Trabalho conjunto, de modo a otimizar e compatibilizar as ações de todos esses órgãos, com vistas ao alcance máximo possível dos percentuais de tratamento dos esgotos no tempo que resta até a Copa 2014, o que foi plenamente acolhido pela participante. Dando continuidade à reunião, o Presidente em exercício conferiu novamente a palavra ao Dr. Edson Aioldi para, juntamente com o Diretor Metropolitano da SABESP, Paulo Massato, apresentarem o **“Plano de Metas e de Investimentos em Saneamento no Município de São Paulo”**, objeto do item 4 da pauta. Em síntese, foram abordados os seguintes tópicos sobre o tema: (i) contexto do que foi pactuado em jun/2010, com a celebração do Convênio e do Contrato; (ii) metas de cobertura e de atendimento – abastecimento de água, coleta e tratamento dos esgotos coletados e ações/responsabilidades da SABESP e da PMSP; (iii) plano de investimentos: diretrizes e



bases, classificação dos investimentos (compartilhados e exclusivos, nos sistemas de água e esgoto), investimentos no município (R\$ 16,9 bilhões, em 30 anos); (vi) investimentos e resultados no período 2010/2012; (vii) estratégia de compatibilização dos investimentos: Município e SABESP – Córrego Verde, Parque Várzeas do Tietê, Região Central de SP, Córregos das Águas Espriadas e Ponte Baixa, e Áreas desafetadas – Paraisópolis e Heliópolis. E ao final, reiteraram a importância da agilização das autorizações e licenças municipais para o prosseguimento da 3ª e 4ª etapa do Projeto Tietê e das obras de saneamento do Estádio da Copa, e elencaram os seguintes temas a serem apreciados nas próximas reuniões do Comitê Gestor: (i) apresentação da realização do Plano de Investimentos 2012; (ii) criação da Comissão Temática de Articulação e Compatibilização de Investimentos 2013-2014; a exemplo do que foi feito para 2011/2012; e (iii) aprovação do Plano de Investimentos 2013/2014. A respeito das licenças e autorizações municipais, mencionou o representante da Secretaria do Governo Municipal, Dr. Roberto Garibe, que recentemente foi constituído um Grupo de Trabalho na Prefeitura de São Paulo, para definir um plano de gestão e monitoramento dos processos desses órgãos, com vistas à otimização e agilização de procedimentos, sendo bastante importante a colocação clara da demanda por licenças e autorizações de clientes como a SABESP para a busca de melhoria nos serviços prestados. A Dra. Leda complementou, que tal Grupo de Trabalho, não prejudicaria o andamento da agilização dos processos mais importantes e urgentes a exemplo dos apresentados pela Sabesp. Retomando a condução dos trabalhos, o Presidente em exercício passou a palavra ao Coordenador da Unidade de Gerenciamento do Programa Mananciais da SSRH, Amauri Polacchi, para a **“Apresentação do Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia do Alto Tietê - Programa Mananciais”**, pautada como **item 5**, que abordou os seguintes tópicos: (i) a Região Metropolitana de São Paulo e seus mananciais: um breve diagnóstico hídrico e institucional; (ii) expansão urbana e degradação dos mananciais; (iii) primeiras iniciativas de recuperação; (iv) Programa Mananciais: estratégia para enfrentar a degradação; (v) ações do Programa Mananciais/Banco Mundial; (vi) situação do contrato Mananciais/União - PAC1; e (vii) proposta para o novo contrato Mananciais – PAC2. Em relação à nova etapa do Programa, apresentada ao Governo Federal para a obtenção de recursos do PAC2, ressaltou o expositor que a intervenção abrange a urbanização integrada (habitação, saneamento e infraestrutura urbana) para 64 áreas de assentamentos precários (favelas e loteamentos irregulares) nas áreas dos mananciais Guarapiranga e Billings, no



Município de São Paulo e a recuperação e proteção das represas Guarapiranga e Billings, mananciais de abastecimento de água para 4,5 milhões de habitantes. Destacou que as principais metas dessa nova etapa são: 46,4 mil famílias beneficiadas, ou seja, aproximadamente 185 mil pessoas que representam perto de 15% da população residente em áreas de mananciais do Município de São Paulo e 15 mil unidades habitacionais para permitir os reassentamentos necessários. A propósito, ressaltou o Dr. Roberto Garibe que a proposta do Governo Municipal é alavancar recursos adicionais em torno de R\$ 600 milhões do Orçamento Geral da União, de modo a aliviar a demanda de recursos orçamentários municipais para urbanizações e reassentamentos habitacionais. Ao final da reunião, o Presidente em exercício, Mario Sergio de Almeida, solicitou ao Dr. Roberto Garibe o agendamento de uma reunião com a Secretária Executiva do Comitê, para tratar do novo mandato do Comitê Gestor, a vigorar a partir de 15/03/2013, bem como da transição da Presidência, da Secretaria Executiva e da Coordenação da Assessoria Jurídica do Comitê, o que ficou de ser providenciado até o final da semana em curso. Ato contínuo colocou em discussão a data da próxima reunião ordinária do Colegiado, ficando confirmado o dia 11/03/2013 às 09h30min para a realização da mesma. Franqueada a palavra e não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente do Comitê Gestor encerrou a reunião determinando fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por mim, Sandra Maria Giannella,  Secretária Executiva do Comitê e pelos senhores membros titulares e suplentes presentes.

  
**MARIO SERGIO DE ALMEIDA** - No exercício da Presidência do Comitê  
*Chefe de Gabinete de Saneamento e Recursos Hídricos do Est. São Paulo*

**MARCOS RODRIGUES PENIDO**  
*Secretário Adjunto de Habitação do Estado de São Paulo*

Sétima e última folha da 21ª Reunião do Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista



**ANTONIO DONATO MADORMO**  
*Secretário do Governo Municipal*



**LEDA MARIA PAULANI**  
*Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão*



**JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO**  
*Secretário Municipal de Habitação*